

---

# A aproximação provisória de Strawson com o Naturalismo

## Strawson's provisional approach with naturalism

Carlos Alberto Miraglia<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é examinar parte do desenvolvimento conceitual de um dos mais importantes debates filosóficos presenciado na metade final do século XX: a disputa entre Barry Stroud e Peter Strawson referente à validade e o status dos argumentos transcendentais. Em minha opinião, o percurso intelectual de Strawson, na tentativa de responder ao desafio de Stroud, apresenta estágios diferenciados que revelam uma primeira fase condescendente às críticas de Stroud, para finalmente reabilitar a pertinência técnica dos argumentos transcendentais. Veremos que a primeira alternativa de Peter Strawson foi retificar as limitações epistêmicas destes, subordinando-os aos tipos de verdades indubitáveis, em moldes inspirados por doutrinas naturalistas como a de David Hume e, segundo Strawson, também encontradas no pensamento do Wittgenstein tardio. Contudo, creio, é possível verificar, que em tempos ulteriores Strawson reabilitará a força cognitiva dos Argumentos Transcendentais em decorrência de uma nova explicação feita por ele do significado de análise e, conseqüentemente, o de prova filosófica. Concomitantemente, isto trará um novo entendimento do próprio conceito-chave da disputa: o conceito de “experiência”.

**Palavras-chave:** Argumentos Transcendentais; Naturalismo; Strawson; Stroud.

**Abstract:** The objective of this paper is to examine the conceptual development of one of the most important philosophical debates witnessed in the latter half of the twentieth century: the dispute between Barry Stroud and Peter Strawson concerning the validity and status of transcendental arguments. In my opinion, the intellectual journey of Strawson, in an attempt to meet the challenge of Stroud, has different stages that reveal a first phase condescending criticism of Stroud, to finally rehabilitate the technical relevance of transcendental arguments. We will see that the first alternative was Peter Strawson rectify these epistemic limitations, subordinating them to the types of indubitable truths, in a manner inspired by doctrines naturalists such as David Hume and, according to Strawson, also found in the thought of the later Wittgenstein. However, I believe it is possible to verify that once Strawson further rehabilitate the cognitive force of Transcendental Arguments due in a new explanation made by him of the significance of analysis and, consequently, of the philosophical proof. Concomitantly, this will bring a new understanding of the concept's key dispute: the concept of "experience".

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: c.miraglia@uol.com.br

**Keywords:** Transcendental Arguments; Naturalism; Strawson; Stroud.

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho é examinar parte do desenvolvimento conceitual de um dos mais importantes debates filosóficos presenciado na metade final do século XX: a disputa entre Barry Stroud e Peter Strawson referente à validade e o status dos argumentos transcendentais. Em minha opinião, o percurso intelectual de Strawson, na tentativa de responder ao desafio de Stroud, apresenta estágios diferenciados que revelam uma primeira fase condescendente às críticas de Stroud, para finalmente reabilitar a pertinência técnica dos argumentos transcendentais. Veremos que a primeira alternativa de Peter Strawson foi retificar as limitações epistêmicas destes, subordinando-os aos tipos de verdades indubitáveis, em moldes inspirados por doutrinas naturalistas como a de David Hume e, segundo Strawson, também encontradas no pensamento do Wittgenstein tardio. Contudo, creio, é possível verificar, que em tempos ulteriores Strawson reabilitará a força cognitiva dos Argumentos Transcendentais em decorrência de uma nova explicação feita por ele do significado de análise e, conseqüentemente, o de prova filosófica. Concomitantemente, isto trará um novo entendimento do próprio conceito-chave da disputa: o conceito de “experiência”.

A importância deste debate está no fato dos argumentos transcendentais aparentarem ainda serem os melhores candidatos do discurso filosófico, a garantir para esta matéria a marca que a distingue de todas as demais formas de conhecimento. Se olharmos a história da mesma, constatamos facilmente que seu desdobrar no mundo da cultura a obrigou a renunciar áreas que se constituíram no que passou a ser o domínio das ciências naturais. A começar pela metafísica, entendida como filosofia primeira. O esforço voltado a fornecer um fundo ontológico de inteligibilidade para a compartimentação e multiplicidade dos saberes humanos. Isto, sob o indefectível selo do universal e necessário. Sabemos que um grande detrator moderno dessa ambição (sem esquecermos Hume, o maior de todos) é Kant. Justamente o autor apresenta uma alternativa temática que aparenta ser a única podendo preservar a generalidade máxima pretendida pela filosofia. Para isso, ele propõe (quem sabe inventa), uma distinção não observada até então. A que

permite o reconhecimento dos famigerados juízos sintéticos a *priori*. Faça-nha que traz embutida, na elucidação dos mesmos, o que passou a se chamar de argumentos transcendentais, embora tal alcunha não esteja propriamente na letra de Kant.

## I

Mas, para início de conversa, que espécie de argumento é um argumento transcendental? O que permite identificá-lo em autores tão diversos na história? Para não me arriscar em demasia, vou me servir da definição feita por Charles Taylor, no artigo “a validade dos argumentos transcendentais”. Não por ser particularmente clara (talvez nenhuma a possa ser), mas, pela concisão da mesma. Depois de algumas digressões, Taylor afirma: “*Argumentos transcendentais são, portanto, cadeias de reivindicações apodíticas que concernem à experiência, achando-se em consequência ancorados em elementos indisputáveis. Aquilo para que eles mostram que as coisas são indispensáveis não pode ser desdenhado*”<sup>2</sup>.

Embora apareçam algumas ambiguidades, se, por exemplo, o necessário aqui invocado engloba não apenas os elementos constituintes da cadeia, como ela própria, o conceito capital nesta definição é o de experiência e é importante salientá-lo para diferir os argumentos transcendentais de outros argumentos apresentados na filosofia cuja estrutura exige igualmente bases condicionantes para extrair conclusões condicionadas. Se não fosse o caso, retrospectivamente, sua originalidade remontaria as origens da filosofia. Vide a prova de Aristóteles para a validade universal do princípio de não contradição, na qual a supressão do mesmo aniquilaria a própria capacidade de significação da linguagem. Os argumentos transcendentais são o fruto da modernidade. De fato, eles estão comprometidos com a nova perspectiva epistemológica elaborada por Descartes. A que instaura o saber através de uma dimensão privilegiadamente subjetiva. A partir de então, o conhecimento passa a ser o resultado de uma consciência imersa no mundo no ato de experiênciá-lo. É em decorrência desse cenário que correntes antagônicas surgem para saldar o que Cassirer chama de o problema do conhecimento, tais como o empirismo e o racionalismo moderno.

---

<sup>2</sup> TAYLOR, C. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

A *Crítica da Razão Pura* surge então, como o gigantesco esforço que pretende sanar as falhas desses movimentos conflitantes. Em consequência, o projeto global de Kant inevitavelmente acaba por colocar em pauta a mais impertinente questão cética entranhada na problemática cartesiana. Como separar a consciência do mundo objetivo que ela representa? Sua referência autônoma é legítima? Em outras palavras, a partir do simples cálculo conceitual, é possível obter uma conclusão que garanta a existência do mundo exterior? Ciente do desafio cético Kant apresenta um adendo à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, com o título Refutação do Idealismo. Em decorrência do aparato de prova da validade dos princípios puros do Entendimento, Kant pensa ser a refutação um efeito direto da estratégia transcendental.

Apesar do brilho e impacto do gênio de Königsberg, desde o início este sofreu severas objeções (igualmente à refutação do idealismo) ao ponto de inadvertidamente gerar, após sua morte, defesas que, segundo muitos, vieram a desfigurar de modo irreversível o seu projeto crítico, especialmente com advento do idealismo alemão. Sem entrar no mérito da qualidade desse movimento germânico, é consenso que ele sofreu na história o desprezo dos pensadores que tinham afinidade com o produto consagrado das ciências empíricas no século IX. Segundo eles, estas trouxeram não somente representações científicas do mundo mais amplas e refinadas, mas, igualmente, uma eficiência tecnológica incontestada, enquanto aquele, na melhor das hipóteses, um mero rodeio de palavras. Tal repúdio levou ao extremo de qualificar a inteligibilidade da filosofia como apenas uma parasita elucidativa do que se obtinha do mundo concreto das ciências naturais, munida, então, da nova lógica pós fregueana. O *a priori* sintético foi banido, bem como, portanto, as provas transcendentais.

Assim, digamos, depois de um período de hibernação forçada, a problemática dos argumentos transcendentais ressurgiu em meados do século XX, surpreendentemente no seio do ambiente filosófico que a exilou. A filosofia analítica. E o personagem principal desta retomada é Peter Strawson. Um pensador fortemente influenciado pela tradição que julgava ser a lógica (isenta de metafísica) a ferramenta decisiva na investigação filosófica. Em 1959, publica um livro chamado *Individuals*. Com o provocativo subtítulo: *um ensaio de*

*metafísica descritiva*. Obra que, apesar de estar fortemente embasada no denso instrumental analítico, resgata o projeto crítico de Kant, a saber, exibir os conceitos mais gerais (e sua gramática lógica) que permitem **capturar** o mundo no ato de experienciá-lo. Certamente o jargão não é o de Kant, mas o espírito é o mesmo. Enfim, podemos resumir o essencial da conclusão posta em *Indivíduos* com as seguintes palavras: o mínimo possível de inteligibilidade da linguagem objetiva acerca do mundo sensível é a que permite divisá-lo em indivíduos concretos ajustados no espaço e tempo. Para exibir este mínimo, Strawson apresenta, então, a sua versão de argumentos transcendentais. Também temos aqui a presunção de um aparato específico condicionando a possibilidade da experiência.

## II

A ousadia de Strawson não deixaria a academia indiferente, e quase uma década mais tarde, em 1968 o investigador do pensamento cético, Barry Stroud, publica o artigo que desencadeou a controvérsia para além desses autores, inclusive e se transformou num clássico contemporâneo, *Argumentos Transcendentais*. Ainda que o texto esteja focado no trabalho de Strawson, pretende sustentar uma tese mais geral, segundo a qual todo e qualquer argumento transcendental, especialmente na sua variante de prova da existência do mundo exterior, padece de um vício lógico fatal, a saber, o real revelado como conclusão, já é presumido nas premissas do argumento.

Vejamos de modo resumido, o que ocorre em *Individuals*. Como já foi dito, o núcleo da linguagem capaz de representar o mundo é munido por conceitos que recortam a percepção em indivíduos no espaço e no tempo. Só podemos acessar o mundo se formos capazes de identificar corpos no espaço e re-identificá-los no tempo. E aqui surge a dificuldade capital. A possibilidade de re-identificação só é promovida se as coisas mantiverem suas identidades alheias ao ato de percebê-las. É porque suas existências são preservadas, que se torna possível reencontrá-las na experiência. De forma mais grave, a experiência mesma somente se efetiva ao custo de coisas independentes dela. Estamos, portanto, diante de uma petição de princípio – clássica falácia lógica. Para provarmos a realidade do mundo exterior, aceitamos a verdade da própria

tese como ponto de partida. Se esta observação procede, então, todas as iniciativas para responder ao DESAFIO cético, seguindo a estratégia de que o que o cético abdica como conclusão, colapsaria a significação do seu próprio questionamento, ficariam agora anuladas. Ele concorda que tomada a verdade da premissa principal do argumento devemos nos submeter à conclusão. A questão é que nada, do ponto de vista lógico, o obriga a admitir tal verdade.

Para não cometermos uma injustiça, é bom frisar que este tipo de restrição aparece de forma muito similar em uma das primeiras recepções críticas da obra de Kant. Jacobi, debruçando-se sobre o conceito de coisa em si e francamente insatisfeito com a prova do mundo exterior acrescida na segunda edição da *Crítica Razão Pura* afirma ser a filosofia transcendental, nada mais que idealismo disfarçado. O mundo objetivo é sempre algo interno ao jogo de representações. Contudo, o que Jacobi particulariza em Kant, Stroud diz viciar qualquer argumento transcendental.

A advertência de Stroud certamente debilitou a proposta de Strawson contida em *Individuals*. Levando ele futuramente a sugerir uma alternativa mais modesta para o peso dos argumentos transcendentais. Esta incomoda assimilação do golpe emerge em conferências feitas por Strawson na década de 80 e reunidas em um pequeno livro intitulado *Ceticismo e Naturalismo: Algumas Variedades*. Nesta obra, Strawson concede que o desafio cético possa ser indiferente aos argumentos transcendentais. Admite o dilema inescapável entre um modo de verificacionismo e suas arbitrariedades fundacionais ou a ocorrência de uma falha lógica fatal na circularidade da prova da realidade exterior. A sugestão agora é que os argumentos transcendentais não devem ser mais vistos com a força de provas. Menos ainda a que obtém a conclusão da realidade do mundo exterior. Motivado pelo naturalismo do empirista David Hume, Strawson pensa, neste momento, ser tal postura a melhor alternativa possível para seu empreendimento de análise. Sendo assim, afirmações, como a que ratifica e existência de coisas exteriores e independentes da mente, não podem ser provadas, mas devem ser assumidas.

É como fossem fatos inevitáveis. Crenças profundamente enraizadas na tradição de qualquer cultura. Ocorre uma certa ambivalência no pensamento de Hume. Se por um lado, ele é cético com respeito a oferecer um suporte

racional para tais crenças, a recusa das mesmas não passaria de um mero capricho inútil para as práticas intelectuais genuínas. As que provêm o conhecimento empírico, por exemplo. Strawson não é tão severo quanto Hume. Existe ainda espaço para a investigação filosófica. Qual seja, o detalhamento das relações lógicas entre os conceitos, envolvidos, por exemplo, no conhecimento mediante a percepção. Strawson declara

uma vez abandonado o projeto irreal da validação absoluta, o filósofo naturalista abarcará o projeto real de investigar as conexões entre os elementos estruturais principais de nosso esquema conceitual. Se estão realmente disponíveis conexões tão firmes como aquelas que os argumentos transcendentais pretendem oferecer, tanto melhor.

Sendo assim, embora o alcance dos argumentos transcendentais seja reduzido seguindo a assimilação desse viés naturalista, eles serão úteis por se exibirem como o circuito lógico mínimo na qualificação da possibilidade do conhecimento.

Isto nos levaria a cogitar como sendo esta, enfim, a consideração final de Strawson sobre o tema. Entretanto, suspeito, anos mais tarde será reformulada a importância dos argumentos transcendentais a partir de uma nova estratégia. Em um breve livro, enganadoramente apresentado como uma simples introdução à filosofia, exatamente com o nome de *Análise e Metafísica: Uma Introdução à Filosofia*, retoma a questão, apesar de fazer de um modo indireto.

No segundo capítulo, intitulado por uma pergunta: Redução ou conexão? Conceitos básicos, encontramos pistas de uma nova atitude. Neste capítulo, Strawson reflete sobre o método de pesquisa na filosofia. Influenciado na tradição na qual se formou, Strawson questiona um dos principais lemas no método da filosofia analítica. A ferramenta é a lógica e, em geral, ela é tomada como um meio de separação das partes simples de um complexo maior. Daí a analogia com a química na busca dos elementos. Seja na divisão do significado de um conceito em suas notas constituintes ou na explicitação das sentenças logicamente genuínas camufladas na linguagem mundana. Este tipo de programa, que Strawson chama de análise redutora, tem seus méritos, mas também exigências e limitações próprias. Se optarmos por

um outro procedimento, ainda que balizado pela correção lógica, talvez ultrapassemos estas limitações. Vale a pena lermos a seguinte passagem do mencionado capítulo.

Abandonemos a noção de uma simplicidade perfeita nos conceitos; abandonemos até a noção de que a análise deve estar sempre na direção de uma maior simplicidade. Vamos imaginar, em vez disso, o modelo de uma rede elaborada, um sistema de itens, de conceitos, tal que a função de cada item, de cada conceito, só pudesse, do ponto de vista filósofo, ser compreendida pela percepção das suas conexões com os outros, do seu lugar no sistema – ou talvez melhor ainda, através da imagem de um conjunto de sistemas dessa espécie engrenados uns nos outros. Caso o nosso modelo passe, não há razão para preocupação, se ao percorrer as articulações da rede, voltarmos ao ponto de partida ou por ele transitarmos. Por exemplo, achar que não conseguirmos elucidar completamente o conceito de conhecimento sem fazer referência ao conceito de percepção e que não pudemos explicar todos os traços do conceito de percepção sensível sem fazer referência ao conceito de conhecimento. O fato não causa preocupação nem surpresa. Processando a análise num círculo amplo, revelador e iluminante, a acusação de circularidade não nos atinge embora não desapareça<sup>3</sup>.

A limitação em destaque acima, para o método redutivo é exatamente a mesma que autoriza Stroud a apontar o erro fatal nos argumentos transcendentais. A saber, a circularidade lógica desses argumentos. Tendo isso em vista, a análise por conexão pode redefinir não somente o modo como descrevemos nossos circuitos argumentativos como, também a compreensão dos termos que ocorrem neste circuito. Tomemos o problema de provar a realidade do mundo exterior. Para Strawson, o significado dos principais conceitos envolvidos não permite ser isolado plenamente numa análise redutora ou atomista. Pode ser que suas elucidações estejam imbricadas de um modo complementar, assim como por analogia dizemos trazer a superfície côncava simultaneamente sua convexidade numa relação espacial. Vejamos este emblemático trecho de Strawson na mesma obra.

Assim como os conceitos (ou pelo menos os conceitos relativamente triviais) adquirem sentido na e a partir da experiência perceptiva, da mesma forma a experiência perceptiva adquire a sua natureza a partir dos conceitos

---

<sup>3</sup> STRAWSON, P. F. *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy*. Oxford: 1992.

que desenvolvemos nos juízos perceptivos originários. A natureza da nossa própria experiência perceptiva, da experiência sensível, é inteiramente condicionada pelos juízos que nós dispomos a fazer sobre o mundo objetivo quando temos essa experiência; é, digamos assim, inteiramente permeada – saturada, poderíamos dizer – com os conceitos empregues nesses juízos.

## Conclusão

Poderíamos apostar, concluindo que a reformulação de Strawson acerca do alcance dos argumentos transcendentais certamente nada explícita ultrapassa a ideia mantida até então que o uso dos mesmos, resume-se a exibir a cadeia lógica dos conceitos em certos temas filosóficos importantes, especialmente a clarificação do conceito de conhecimento mediado pela experiência sensível. De fato, o deslindar dos argumentos transcendentais clarificaria conjuntamente o conteúdo dos conceitos neles presentes. Se pensarmos o persistente problema da realidade do mundo exterior, um recurso de prova que instaura e elucida os principais conceitos envolvidos na questão. Um penoso recurso abstrato para legitimar o mundo independente da consciência, apesar de engendrado dentro da linguagem. Fortemente abstrato, mas não exatamente algo novo. Não posso deixar de fazer uma aproximação com um autor aparentemente antagônico à tradição filosófica que Strawson partilha: Heidegger é, não por acaso, outro leitor atento da *Crítica da Razão Pura*. No livro *O Que é uma Coisa*, quando procura explicar a estrutura de prova dos princípios puros do conhecimento, ele afirma:

Deve ter-se em atenção esse fato, se queremos perceber as características das demonstrações dos princípios. Abstraindo das dificuldades particulares de conteúdo destas demonstrações, elas têm algo de estranho, pois estamos sempre tentados a dizer que todos os movimentos do pensar se movem em círculo. Não é necessário começar por chamar a atenção para esta dificuldade das demonstrações. É necessário, no entanto, explicar o fundamento da dificuldade. Ela não reside simplesmente no conteúdo particular dos princípios, mas na sua essência. O fundamento da dificuldade é um fundamento necessário. Os princípios devem ser demonstrados como sendo aquelas determinações que, antes de mais, possibilitam uma experiência dos objetos em geral. Como isso pode se demonstrar? Na medida em que se mostre que elas próprias

apenas são possíveis na base da unidade e da pertença mútua dos conceitos puros do entendimento com o que é intuitivamente encontrado.

Esta unidade da intuição e do pensar é, ela própria, a essência da experiência. A demonstração consiste nisso também: os princípios do entendimento puro são possíveis através daquilo que eles próprios devem possibilitar, a saber, a experiência. Isto é um círculo evidente. Sem dúvida. E para a compreensão do movimento e do caráter da própria coisa a demonstrar é inevitável, não só pressupor este círculo (o que nos leva a suspeitar o valor da demonstração), mas também reconhecê-lo claramente e percorrê-lo enquanto tal<sup>4</sup>.

Não é difícil reconhecer, portanto, que analíticos e continentais podem ser surpreendentemente semelhantes quando mediados por um autor clássico como Kant.

### Referências Bibliográficas

- TAYLOR, C. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HEIDEGGER, M. *O que é uma coisa?* Lisboa: Edições 70, 1992.
- STRAWSON, P. F. *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*. London: Methuen, 1959.
- STRAWSON, P. F. *Skepticism and Naturalism: Some Varieties*. New York: Columbia University Press, 1985.
- STRAWSON, P. F. *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy*. Oxford: 1992.
- STROUD, B. *The Significance of Philosophical Scepticism*. New York: Oxford University Press, 1984.
- STROUD, B. *Understanding Human Knowledge*. New York: Oxford University Press, 2000.

Data de Recebimento: 10/06/2013

Data de Aprovação para Publicação: 21/07/2013

---

<sup>4</sup> HEIDEGGER, M. *O que é uma coisa?* Lisboa: Edições 70, 1992.